



A INDÚSTRIA ARGENTINA SOB O REGIME NEOLIBERAL DE MENÉM E A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL E DO FMI

Fernando Marcus Nascimento Vianini*

Resumo: Neste artigo, discutiremos a trajetória econômica da Argentina no governo de Carlos Meném. Enfatizamos o processo de desintegração da indústria nacional com a adoção das medidas neoliberais na economia, apoiadas pelas instituições financeiras internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial. Apesar de resolver o problema da hiperinflação, a adoção das práticas neoliberais, muito além de afetar a indústria doméstica, atingiu a população com o aumento do desemprego e da pobreza.

Palavras-chave: Argentina, neoliberalismo, governo Meném.

ARGENTINE INDUSTRY UNDER THE NEOLIBERAL REGIME OF MENÉM AND THE INFLUENCE OF THE WORLD BANK AND IMF

Abstract: In this paper, we discuss the economic history of Argentina in the government of Carlos Meném. We emphasize the process of disintegration of the national industry with the adoption of neoliberal measures in the economy, supported by international financial institutions, such as the IMF and the World Bank. While solving the problem of hyperinflation, the adoption of neoliberal practices, far beyond affecting the domestic industry, has hit the population, with the rising of unemployment and poverty.

Key-words: Argentina, neoliberalism, Meném government.

La experiencia argentina permite echar luz sobre algunas de las falacias neoliberales más importantes, a saber: la mejor desregulación económica genera mayor competencia, la formación de mercados competitivos permite un mayor

*Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), contato pelo email: fernandomvianini@gmail.com.



crecimiento económico, y mayor crecimiento económico se traduce en mayor bienestar general.¹

Introdução

A Argentina possui um dos complexos industriais mais importantes no contexto latino-americano. Certamente, este complexo tem todas as características de um país periférico. Ao longo de todo o século XX a indústria argentina foi se cristalizando, com a formação de empresas e qualificação de mão-de-obra, estabelecendo vínculos com as instituições e com os mercados.

Nos anos 1970, foi realizada uma abertura econômica que visava à estabilização macroeconômica e o afastamento do modelo de industrialização via substituição de importações. Este projeto fracassou na década seguinte, gerando diversas perturbações à macroeconomia do país, tais como o endividamento externo, a desarticulação fiscal e a hiperinflação. No governo Carlos Meném(1989-1999) foi feita uma nova abertura econômica, caracterizada pela liberalização econômica, desregulamentação e privatizações, cuja maior consequência foi à destruição da dinâmica industrial nacional. As questões de médio e longo prazo, tais como qualificação de funcionários, fornecimento e investimento, foram largamente afetadas.² Este artigo busca demonstrar como a adoção de algumas medidas neoliberais nos planos econômicos do governo Meném, endossadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), repercutiram na economia e na indústria argentina ao longo da década de 1990.

Uma das questões centrais deste artigo se refere à problemática da intervenção do Estado na economia. Até a crise do petróleo de 1973, identificamos certa admissão da ação regulatória do Estado, associada às políticas macroeconômicas de perfil keynesiano, acompanhadas pela presença de mercados de trabalho fortemente regulamentados, de políticas de proteção social, de sindicatos poderosos, da proteção aos mercados internos

¹ CASTELLANI, Ana Gabriela. *Implementación del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea*. Disponível em <<http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/castellani.pdf>>. Acesso em: 20/11/2011. p. 126.

² KOSSACOFF, Bernardo. *Indústria Argentina: respostas empresariais às mudanças em curso*. 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1811/2178>>. Acesso em: 10/04/2011.



nacionais e de investimentos em áreas diversificadas.³ O livre comércio foi contido pela ameaça representada pela presença das alternativas de esquerda nos cenários políticos nacionais e do campo socialista no contexto internacional. Neste cenário emerge o desenvolvimentismo, que teve início nos anos 1950 e 1960, com a proposição de que os aparelhos do Estado deveriam ser utilizados para a promoção da mudança estrutural.⁴

Após 1973, evidencia-se o esgotamento do crescimento econômico inaugurado no pós-guerra.⁵ A desvinculação da emissão de dólares pelos EUA de seu lastro metálico, arranjo definido em Bretton Woods, favoreceu a oscilação do dólar e de todas as moedas nacionais como consequência. Na década de 1980, a crise da dívida e o colapso das economias do leste europeu fragilizaram as alternativas mais visíveis às alternativas liberais, conquanto estas não alcançassem plenamente os países asiáticos politicamente afinados com o Ocidente. Estes episódios reforçaram as perspectivas intelectuais que afirmavam a centralidade do mercado para regulação da vida social. Da Rodada Uruguai do GATT até a criação da OMC, passando pelas prescrições contidas no que foi chamado por John Williamson de “Consenso de Washington”, foram definidas as normas que deveriam estabelecer um novo padrão de regulação das economias capitalistas e das relações econômicas internacionais.⁶

O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas, postuladas por instituições financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos em novembro de 1989, que recomendava aos países em desenvolvimento a disciplina fiscal, a liberalização do setor financeiro e comercial, a reorganização das prioridades dos gastos públicos, a privatização das estatais, a reforma tributária, a manutenção de taxas de câmbio competitivas, a atração de investimentos diretos estrangeiros, a desregulamentação econômica e, por fim, a proteção dos direitos de propriedade intelectual.⁷ Essas reformas visavam o aumento da

³ KITSCHOLT, H., LANGE, P. MARKS, G. & STEPHENS, J. *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge University Press, 1999.

⁴ EVANS, Peter. O estado como problema e solução. In: *Lua Nova* nº 28-29. São Paulo, 1993.

⁵ FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) *Technical Change and Economic Theory*, London and New York, Pinter Publishers, 1988.

⁶ CHANG, H. *Chutando a Escada*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

⁷ WILLIAMSON, John. *The progress of policy reform in Latin America*. Washington: Institute for International Economics, 1990.



eficiência do emprego dos recursos disponíveis, melhorando assim a competitividade da economia no cenário internacional.

Ao longo da década de 1970, a Argentina já havia experimentado políticas de abertura econômica durante o regime militar. Todavia, prevalecia um ambiente nacionalista, o que tornava os militares cautelosos com a dimensão desta abertura. Ao final da década de 1980, o país convivia com problemas resultantes do esgotamento dos modelos econômicos anteriores, da crise da dívida externa e das dificuldades de inserção na economia internacional. Neste sentido, exauridas as poucas soluções encontradas, os postulados do Consenso de Washington, com sua característica neoliberal se tornaram a principal alternativa.⁸ A situação de crise econômica e a hiperinflação, herdadas da gestão de Raúl Alfonsín (1983-1989) e, principalmente, do regime militar (1976-1983), levaram o recém eleito presidente, Carlos Meném, a fazer um rearranjo institucional em direção à proposta neoliberal.

O Governo Meném

Carlos Meném, do Partido Peronista (PJ), fez diversas articulações políticas com os grandes empresários, a Igreja Católica, os sindicatos, os militares e dirigentes locais para atingir a presidência da república argentina em 1989.⁹ Assim que assumiu o cargo, buscou eliminar qualquer entrave na condução de suas reformas estruturais. Na Argentina, o poder executivo possui uma extensa gama de atribuições, que foram ampliadas durante este governo. Além de possuir uma maioria parlamentar, o presidente contou com a desarticulação da oposição para avançar tanto sobre o poder legislativo, através dos mecanismos de decretos e vetos, quanto sobre o poder judiciário, através do aumento do

⁸SARAIWA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas Exteriores Comparadas tras la Guerra Fría. In: Vicente Palermo. (Org.). *Política Brasileña Contemporánea. De Collor a Lula en años de transformación*. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2003, v. , p. 475-512. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em: 15/06/2010.

⁹ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 476.



número de juízes favoráveis às suas decisões.¹⁰ Uma das principais ações de Meném foi a aprovação de duas leis consideradas pela literatura como fundamentais para as reformas subsequentes: a Lei de Emergência Econômica, que autorizava a demissão de funcionários das estatais e suspendia todo tipo de subsídios, privilégios e regimes de incentivo e a Lei de Reforma do Estado, que criou mecanismos e dispositivos para que as privatizações de empresas e negócios estatais fossem efetuadas.¹¹

Tendo seus poderes ampliados, Meném voltou-se para o setor econômico. Sua política econômica se desenvolvia no cenário marcado pela alta inflação. O presidente objetivava restabelecer a estabilidade econômica e obter um equilíbrio na balança de pagamentos. Para isto, selecionou alguns pontos do Consenso de Washington e os colocou em prática, através de dois planos econômicos que fracassaram. O “Plano BB” consistia no aumento das tarifas, redução de gastos públicos, suspensão por seis meses de todos os subsídios e incentivos fiscais, aumento de impostos sobre exportações, além do corte na oferta monetária.¹² Ademais, o governo desvalorizou a moeda em quase 100%, ajustou as tarifas dos serviços públicos e dos combustíveis e aumentou os salários abaixo da taxa de inflação.¹³ Outro ponto posto em prática foi a privatização das empresas estatais, como a Entel, responsável pelo sistema de telecomunicações, as Aerolíneas Argentinas, várias empresas petroquímicas, além de diversos canais de televisão.¹⁴ Todavia, a larga corrupção que cercava grande parte dos processos de privatização no país ficava evidente.¹⁵ Contudo, o “Plano BB” não obteve sucesso, sendo substituído pelo “Plano Bonex”. Este programa

¹⁰ ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 257.

¹¹ A lei 23.696 de agosto de 1989 declara em estado de emergência a prestação de serviços públicos, a execução de contratos a cargo do setor público e a situação econômica financeira da administração pública, entidades autárquicas, empresas estatais, sociedades anônimas com participação estatal, obras sociais, entidades financeiras oficiais, bancos públicos e todo ente que tenha a participação majoritária de capital estatal. Esta lei garantiu ao poder executivo nacional a intervenção em qualquer uma dessas entidades acima citadas, englobando todas as instituições públicas, exceto as universidades. Além disso, garante ao poder executivo a criação, fusão, extinção ou transformação de quaisquer empresas públicas, novas ou já existentes. A lei 23.697 é a Lei de Emergência Econômica, que, por sua vez, declara a suspensão de subsídios e subvenções, suspensão dos regimes de promoção industrial, mineira, além de mudanças tarifárias e na organização do Banco Central. Ambas as leis estão disponíveis no site INFOLEG, disponível em: <http://infoleg.mec.gov.ar>. Acesso em: 20/05/2011.

¹² ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. *A convergência Macroeconômica Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2004. p. 85.

¹³ FERRER, Aldo. *A economia argentina: De suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 258.

¹⁴ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 257.

¹⁵ CASTELLANI, Ana Gabriela. Op. cit. p. 125.



elevava as taxas de juros e reestruturava a dívida pública. No princípio, o plano se revelou efetivo, pois os preços ficaram mais acessíveis para o consumidor final. Entretanto, ao ser retomado o pagamento da dívida externa com o FMI, a hiperinflação retornou, comprometendo o crescimento econômico do país.

O desgaste provocado tantopor essas políticas econômicas de resultados pífios, quanto pelas denúncias de corrupção no processo de privatizações alçou Domingo Cavallo ao posto de Ministro da Economia. De formação ortodoxa, Cavallo conseguiu a aprovação da Lei de Conversibilidade¹⁶, que estabelecia a paridade cambial fixa entre o dólar e o austral argentino e o estabelecimento de um limite de emissão pelo Estado correspondente às suas reservas internacionais, buscando demonstrar ao mercado as intenções do governo para com os investidores.¹⁷

Desta vez, porém, os resultados foram positivos. O Estado melhorou a arrecadação de impostos, recebeu uma quantidade expressiva de empréstimos e investimentos do exterior, o consumo aumentou, o governo saldou seus déficits e as grandes empresas se reequiparam.¹⁸ As privatizações continuaram, desta vez nos setores de eletricidade, água e gás. Da mesma forma, a responsável pelo petróleo argentino, a YPF, foi privatizada, mas com o Estado controlando parte das ações. A Argentina mostrava-se capaz de resolver todos os problemas econômicos abraçando o neoliberalismo. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional se valeram da condição argentina, afirmando que o país era um exemplo a ser seguido pelos demais emergentes, incentivando ainda mais estas reformas econômicas.¹⁹ Entretanto, o modelo argentino começou a mostrar alguns desequilíbrios. O primeiro foi o desemprego que assolou os trabalhadores. Devido ao clientelismo, algumas medidas paliativas foram engendradas, assim como a manutenção de alguns programas sociais, sem grandes resultados.

No cenário externo, o México, que convivía com problemas acumulados na área econômica, tentou resolver o problema dos déficits nas contas externas através da alteração da política econômica do país. Tão logo o governo inicia algumas mudanças ocorreu a fuga

¹⁶ ARGENTINA. Lei nº 23.928, 27 de março de 1991. Infoleg. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/328/norma.htm>>. Acesso em: 20/06/2011.

¹⁷ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 260.

¹⁸ Ibidem. p. 259.

¹⁹ BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.



de capitais, gerando uma crise no país. A crise mexicana desencadeou uma série de problemas nos demais países latino-americanos que haviam voltado suas políticas econômicas para o padrão neoliberal. O governo argentino agiu cortando orçamentos, reduzindo salários dos funcionários públicos e elevando os impostos. A crise do México, ao invés de abalar a confiança do povo argentino em Meném, fortaleceu sua campanha de reeleição devido à propaganda de sua figura, que encarnava a ordem e a estabilidade. Num período em que as moedas se desvalorizavam, enquanto o peso sustentava sua paridade com o dólar, as indústrias nacionais conseguiram sobreviver graças aos salários baixos e à melhoria na produtividade.²⁰

Nas eleições presidenciais de 1995, Meném enfrentou uma oposição fraca e fragmentada, vencendo no primeiro turno, além de afirmar que Cavallo continuaria a ser seu ministro da economia, o que representava a continuidade do modelo neoliberal.²¹ Contudo, seu segundo mandato não se daria no mesmo cenário que o primeiro. Os dirigentes do peronismo tradicional criticavam as intenções de Cavallo de privatizar as centrais nucleares e os correios, além de considerar estas reformas econômicas como pouco peronistas. Cavallo iniciou uma nova série de privatizações e conseguiu que fosse declarada emergência provisória, o que afetava diretamente as remessas de dinheiro da união para as províncias. Na impossibilidade de pagar os salários dos funcionários públicos, muitos governadores tiveram que vender bancos provinciais e empresas públicas, além de reduzir o quadro de funcionários. A insatisfação da sociedade e dos políticos aumentava e a relação entre Meném e Cavallo se estremeceu.

O estopim para a crise na relação entre o presidente e seu ministro da economia se deu quando o congresso não aprovou a Lei de Orçamento de 1996. Cavallo inicia uma série de denúncias e críticas ao governo, sendo retirado de seu cargo. Em seu lugar assumiu Roque Fernández, que não alterou a política macroeconômica do país. Fernández elevou o preço dos combustíveis e os impostos sobre valor agregado, reduziu o número de funcionários públicos e realizou cortes profundos no orçamento. Os correios, os aeroportos e o Banco Hipotecário Nacional foram privatizados. As ações do Estado sobre a YPF

²⁰ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 271.

²¹ Ibidem. p. 271-272.



foram, por fim, vendidas para a Repsol.²² O presidente, por seu turno, enfrentava cada vez mais resistência no congresso e no poder judiciário. Meném, portanto, decidiu voltar-se para o projeto de uma nova reeleição para 1999. Enquanto isso, nas eleições parlamentares de 1997, o Partido Justicialista sofria uma grande derrota. A oposição, formada pela Unión Cívica Radical (UCR) juntamente com a Frente País Solidário (Frepasso), avançou nestas eleições. As duas agremiações formaram a “Aliança pela Justiça, o Trabalho e a Educação”, disputando as eleições e saindo vitoriosas.

Durante o governo Meném, podemos observar dois momentos distintos na economia. No primeiro momento, anterior à crise do México, o problema da hiperinflação dos anos 1980 foi resolvido e o crescimento econômico garantido através da abertura econômica e da paridade entre o dólar e a moeda nacional, muito embora essas reformas tenham feito o desemprego aumentar. Houve relativo sucesso na aplicação das alterações propostas pelo neoliberalismo, tais como os cortes de gastos, privatização das estatais, disciplina fiscal e liberalização comercial e financeira.²³ No segundo momento, após a crise mexicana, os diversos problemas econômicos e sociais advindos da abertura se evidenciaram, o crédito externo cessa e o governo enfrentava uma oposição cada vez mais organizada, que impediu a flexibilização das leis trabalhistas, “questão emblemática para os empresários e para o FMI, que suscitava forte oposição dentro e fora do peronismo, e, principalmente, entre os sindicalistas.”²⁴

No contexto externo, a conjuntura econômica se tornava ainda mais problemática a partir de 1997. A grave crise bancária que ocorreu na Tailândia obrigou o país a desvalorizar sua moeda e a deixá-la flutuar livremente. Esta crise teve origem no endividamento das empresas privadas que contraíram empréstimos externos facilmente, devido à abertura econômica. O Japão e os países ricos ocidentais eram os principais credores e ignoravam os limites de empréstimo para as firmas pelo simples fato de todos os credores estarem interessados nos futuros ganhos. Ademais, os governos asiáticos, encorajados pelo FMI, OCDE e pelos governos, bancos e firmas ocidentais implantaram uma reforma financeira radical que buscava a desregulamentação. As empresas tiveram

²²Ibidem.p. 274.

²³ WILLIAMSON, John. Op. cit.

²⁴ ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p. 274.



que cortar gastos, recorrendo à demissão de funcionários. O desemprego agravava a queda no consumo, aprofundando a crise.²⁵ Outros países foram sofrendo com a crise na Tailândia. Coréia e Japão sofreram um significativo choque econômico. A Rússia logo entrou em crise.²⁶ E por fim, o Brasil na tentativa de minimizar os danos, desvaloriza sua moeda, golpe considerado por Carlos Menem fatal à economia argentina.²⁷ Em 1995, durante a crise do México, a abertura do mercado brasileiro foi providencial, pois foi capaz de absorver alimentos, petróleo e automóveis.²⁸ Mas neste novo contexto, o Brasil fechava sua economia. Isto resultou num agravamento da situação da Argentina, pois houve uma diminuição da receita devido à queda das exportações, já que a matéria-prima argentina era mais cara que a de outras economias que já haviam desatrelado a moeda nacional ao dólar norte-americano.

Uma grande crítica pode ser feita sobre a análise deste contexto feita pelas instituições multilaterais. “Até o último momento, o FMI e o Banco Mundial, cultivavam a imagem do milagre da economia de mercado no leste asiático, e assim continuaram fazendo mesmo após a eclosão da crise.”²⁹ Porém, em alguns dias o Leste Asiático, que antes era destacado por estas instituições como centros dinamizadores da globalização e da economia de mercado, passou a ser considerado perigoso para os investimentos, infestado de especuladores e de governantes irresponsáveis e corruptos:

A onipotência do poder permitiu aos altos funcionários internacionais e aos manipuladores da informação de massa “esquecer” em 24 horas seus recentes elogios à disposição modernizadora dos governos e das empresas asiáticas e adotar discursos radicalmente opostos. Os heróis de ontem passaram a ser os imbecis de hoje.³⁰

²⁵ WADE, Robert e VENEROSO, Frank. *The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex*. Disponível em: < <http://www.econ.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Wade-The%20Asian%20Crisis.pdf> >. Acesso em: 15/07/2011. p. 4.

²⁶ VALLE-FLOR, Maria Amélia. *A Crise Argentina: cooperação e conflito nas reformas econômicas: o governo perante o FMI*. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004.

²⁷ CARON, Antoninho. Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina: Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. In: *Revista FAE BUSINESS*, n. 2, 2002.

²⁸ ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p 275.

²⁹ BEINSTEIN, Jorge. op. cit. p. 14.

³⁰ Idem.



Mesmo com a crise do México de 1995, a Argentina conseguiu manter um bom crescimento entre 1991 e 1996. O PIB e o PIB per capita apresentaram bons indicadores, sendo resultado inicial das políticas econômicas liberalizantes, da abertura econômica, do crescimento da produtividade e do comércio. Entretanto, a taxa de desemprego da população ativa cresce, atingindo 19% da população economicamente ativa em 1995, sendo um dos grandes problemas durante todo o restante da década. Ao desemprego, soma-se a terceirização de serviços e a precarização do trabalho.³¹ Além disso, a porcentagem da população que vivia com menos de dois dólares por dia cresce no período analisado, atingindo os 9% em 1998. Graças à abertura econômica, a perda de competitividade da indústria nacional e a entrada de grandes somas de investimento externo, a Argentina passou a acumular uma dívida externa recorde como podemos observar na tabela abaixo. A partir da crise de 1997, os indicadores econômicos argentinos iniciam uma curva descendente. O PIB e o PIB per capita diminuem entre 1997 e 1999, ao passo em que a dívida externa em relação ao PIB aumenta. Em 1998, 9% da população argentina vivia com menos de dois dólares por dia.

Tabela 1 - Dados Econômicos da Argentina entre 1991 e 1999

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB em bilhões de US\$*	189,719	228,779	236,753	257,439	258,031	272,149	393,858	298,948	283,523
PIB per capita em US\$*	5,757	6,847	6,991	7,501	7,421	7,727	8,210	8,279	7,760
Desemprego em % da população ativa*	6	7	10	12	19	17	15	13	14
População que vive	-	3	-	-	-	7	-	9	-

³¹ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. **Hecho em Argentina: industria y economia, 1976-2007**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2010. p. 184.

com menos de US\$2 por dia (em %) *									
Dívida Externa em (%) do PIB**	32,7	31,8	34,3	33,3	38,3	40,3	42,6	47,3	51,1

* Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010. **Fonte: VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina: cooperação e conflito nas reformas econômicas: o governo perante o FMI.** Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004

O Banco Mundial, o FMI e a Indústria no governo Meném

Ao final da década de 1980, o Banco Mundial ressaltava a urgência da realização de políticas de correção macroeconômica para a Argentina.³² No cerne dos problemas econômicos estavam identificados a dívida externa, os gastos públicos, a inflação e os subsídios.³³ O aumento dos gastos públicos em relação ao PIB, sem reforma nas taxas e impostos, o crescente custo dos subsídios voltados para a indústria e serviços públicos, as medidas protecionistas do governo que preservavam a indústria da competição externa, eram vistos pelo Banco Mundial como os fatores que trouxeram o caos econômico enfrentado pela Argentina.³⁴ Para o FMI, a intervenção do Estado apenas contribuía para a

³² WORLD BANK. *The World Bank annual report 1989*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1989/01/700587/world-bank-annual-report-1989>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 130.

³³ WORLD BANK. *The World Bank annual report 1990*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1990/01/700363/world-bank-annual-report-1990>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 129-130.

³⁴ WORLD BANK. *Argentina: Reforms for price stability and growth*. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1989/07/08/000009265_3960928060440/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 14/01/2011.



criação de barreiras no comércio, subsídios e taxas sobre importação, causando desequilíbrios fiscais e distorções comerciais.³⁵

Como assinalado acima, ao assumir a presidência, Meném anunciou seu programa de reformas estruturais, que pretendia a estabilidade macroeconômica, através da austeridade e reformas fiscais, da suspensão da lei “*Compre Argentino*”³⁶, da diminuição dos gastos públicos e da redução das tarifas comerciais.³⁷ Outro programa de Meném foi o de privatizações, no qual foram fechadas ou vendidas praticamente todas as empresas públicas, tais como as linhas aéreas e companhias de telecomunicação. A estatal de petróleo perdeu seu monopólio e o governo se comprometeu com a diminuição da atuação do sistema público bancário.

O Banco Mundial afirma que três fatores foram fundamentais para o processo reformista argentino: a legislação, o controle do governo sobre o Congresso e a supervisão e coordenação centralizadas. A instituição destaca também o processo transparente e aberto de privatização, a manutenção de um diálogo com grupos de interesse, a cooperação entre o poder executivo e o legislativo.³⁸ É perceptível como o Banco Mundial ignorou o fato da cúpula governista ter sido a maior beneficiária em boa parte dos processos de privatização do país, haja vista que nas concepções de diversos outros escritores e pesquisadores as privatizações se caracterizaram pela alta corrupção e pela única preocupação de fazer caixa, agradando apenas os economistas do FMI e do Banco Mundial e os grandes empresários argentinos.³⁹

Antes da crise do México, o FMI mostrava-se otimista em relação ao crescimento dos países em desenvolvimento, destacando o sucesso daqueles cujas economias estavam

³⁵IMF. *World Economic Outlook – 1993*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/>>. Acesso em: 15/11/2011.

³⁶ A lei “*Compre Argentino*” obrigava a administração pública, as empresas concessionárias de serviços públicos e as empresas estatais de comprar exclusivamente materiais, mercadorias e produtos de origem argentina, garantindo mercado às indústrias e prestadoras de serviço nacionais. Ao suspender esta lei, o presidente visava indicar o abandono do protecionismo estatal que muitas empresas recebiam para os credores internacionais. Ver: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64611/norma.htm>.

³⁷WORLD BANK. *The World Bank annual report 1992*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/01/440177/world-bank-annual-report-1992>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 143.

³⁸WORLD BANK. *Argentina's privatization program*. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265_3970716142348/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 11/01/2011.

³⁹ Ver: ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p. 264-265.



voltadas para o mercado internacional.⁴⁰ O diretor do FMI afirmou que as consequências da Crise Mexicana estavam nas respostas dadas pelo governo. Enquanto o México afastou os investidores e desvalorizou a moeda nacional, o governo argentino deu uma resposta eficaz, transformando a crise em uma oportunidade:

A similar lesson was shown, for instance, by Argentina's very quick reaction to the crisis. By transforming the crisis into an opportunity to address in depth the worrying signs of weakness in its provincial banks, Argentina, with strong support from the IDB, World Bank, and IMF, has paid a great service not only to itself but to the Americas and the world at large. With the situation under control in Mexico and Argentina, the systemic risk was well-contained.⁴¹

Após 1994, apesar das reformas terem controlado a hiperinflação da década anterior, a economia Argentina aberta estava sujeita a todo tipo de intempérie econômica exterior. Todavia, o Banco Mundial acreditava que a economia dos países latinos estava suficientemente diversificada, a ponto que a crise econômica de um país não repercutiria nos demais, aconselhando o aprofundamento das reformas neoliberais e o livre comércio como soluções para a manutenção do crescimento econômico.⁴² Anos depois, com a crise nas economias asiáticas, a Argentina desmoronaria. O Banco creditava à crise ao baixo preço das *commodities*, ao fraco desempenho do setor agrícola devido ao *El Niño*, à redução dos investimentos e à queda no comércio mundial.⁴³

O prolongado período de desindustrialização da economia argentina está associado ao que Azpiazú e Schorr chamaram de “reestruturação regressiva” do aparato manufatureiro, à desarticulação produtiva e à baixa acumulação de capital.⁴⁴

⁴⁰ IMF. *World Economic Outlook – 1993*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/>>. Acessoem: 15/11/2011. p. 6.

⁴¹ IMF. *Drawing Lessons from the mexican crisis: preventing and resolving financial crises – the role of the IMF*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/mds/1995/mds9508.htm>>. Acessoem: 10/10/2011.

⁴² WORLD BANK. *The World Bank annual report 1996*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1996/08/442241/world-bank-annual-report-1996>>. Acessoem: 20/12/2011 p. 110.

⁴³ WORLD BANK. *The World Bank annual report 1999*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/01/437658/world-bank-annual-report-1999>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 75.

⁴⁴ O termo reestruturação regressiva, utilizado por Azpiazu e Schorr, diz respeito à industrialização argentina durante o governo Meném. Ao comparar o processo de desindustrialização entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, ocorrido na década de 1990, os autores concluem que enquanto no primeiro grupo, houve uma desindustrialização devido à modernização dos equipamentos e máquinas, que exigiam menos trabalhadores, no segundo grupo, formado pelos países em desenvolvimento, a desindustrialização



Algumas grandes tendências podem ser observadas no setor industrial até o final da conversibilidade em 2001. Enquanto alguns setores se consolidaram, outros sofreram sua derrocada devido à abertura. A indústria automotiva, a indústria de produtos básicos industriais, a agroindústria e a indústria farmacêutica são exemplos de setores que cresceram durante o período do governo Meném, enquanto os setores de bens de capital, metal mecânico e têxtil sofreram grandes perdas no mesmo período.⁴⁵ No mercado interno, os produtos nacionais competiam contra os estrangeiros, geralmente mais baratos e de melhor qualidade, devido à paridade monetária, afetando também as pequenas e médias empresas voltadas ao mercado doméstico.

A integração vertical dos processos produtivos também foi abalada pela reforma neoliberal do governo Meném. Diversas pequenas e médias empresas desapareceram, em grande parte, devido à abertura, à sobrevalorização da moeda e à competição com os produtos estrangeiros. Ademais, estas empresas enfrentavam severas dificuldades para obter financiamento.⁴⁶

A transferência e a concentração de capital nas grandes corporações industriais também se destacam. Enquanto as pequenas e médias empresas enfrentavam problemas com a abertura econômica, as grandes empresas vivenciaram um importante crescimento na sua produtividade, graças às assimetrias no processo de abertura e regulamentação que beneficiavam certos setores em detrimento dos demais.

Por fim, a entrada de capital estrangeiro marcou a indústria argentina na década de 1990. A estatal YPF teve parte de suas ações vendidas para a espanhola Repsol. A indústria automotiva, controlada pelas empresas Autolatina, Ciadea e Sevel, passou a contar com investimentos provenientes das transnacionais e dos conglomerados estrangeiros (Peugeot, Citroen, Volkswagen, Fiat, Ford e Renault). Outras firmas, contudo, cederam sua propriedade para grupos estrangeiros, como a Astra, Bagley, Canale e Indupa.⁴⁷

ocorreu devido às diversas crises econômicas, que reduziam o consumo, o crédito e o emprego. Ver: AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. cit. p. 152.

⁴⁵ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. Cit. p. 184.

⁴⁶ Ibidem. p. 222.

⁴⁷ Ibidem. p. 211.

Considerações Finais

Neste texto, abordamos a trajetória econômica da Argentina no governo Meném. Ressaltamos que sua economia sofreu um processo de desestruturação da malha industrial, aprofundando uma tendência verificada desde a ditadura militar. Todavia, na década de 1990, essa desestruturação ocorreu devido à adoção de medidas neoliberais na economia, apoiadas pelas instituições financeiras internacionais, o FMI e o Banco Mundial. Além de afetar a indústria, o neoliberalismo na Argentina atingiu fortemente sua população, com o aumento do desemprego e da pobreza.

A crise ocorrida nos anos 1980 nos países latino-americanos reforçou a proposta neoliberal do Banco Mundial e do FMI de redução da intervenção estatal na economia. O governo Meném seguiu parte dos postulados do Consenso de Washington, utilizando o Estado para a reestruturação econômica. Através de uma base política e social heterogênea, abriu a economia argentina e privatizou grande parte das empresas estatais. Embora estas soluções tenham acabado com o problema hiperinflacionário da década anterior, elas criaram vulnerabilidades econômicas e desequilíbrios sociais que se agravaram ao longo dos anos.

A Argentina tornou-se incapaz de resistir às oscilações do mercado internacional, como foi exposto pelas crises do México de 1995 e asiática de 1997. Os juros aumentaram, o crédito externo cessou e as exportações de *commodities* entraram em colapso. Ademais, a abertura econômica foi responsável por uma queda na produção industrial, o desemprego atingiu níveis alarmantes e a balança comercial desfavorável complicou a situação da dívida externa argentina.

Neste contexto de forte crise econômica, a oposição venceu as eleições. Todavia, o presidente eleito, Fernando De laRúa, da UCR, optou pela manutenção de parte das diretrizes econômicas do governo anterior. Consequentemente, este governo não obteve êxito no combate à recessão econômica e a crise se agravou. Devido ao mercado externo desfavorável e à economia doméstica em estado caótico, a Argentina atravessou uma crise política, econômica e social, que foi se aprofundando ao longo do mandato de De laRúa.

Referências bibliográficas

ARGENTINA. *Información Legislativa: Infoleg*. Disponível em: <<http://infoleg.mecon.gov.ar>>. Acesso em: 20/05/2011.

AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. *Hecho em Argentina: industria y economia, 1976-2007*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2010.

BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CARON, Antoninho. Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina: Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. In: *Revista FAE BUSINESS*, n. 2, 2002.

CASTELLANI, Ana Gabriela. *Implementación del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea*. Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/castellani.pdf>. Acesso em: 20/11/2011.

CHANG. H. *Chutando a Escada*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. *A convergência Macroeconômica Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2004.

EVANS, Peter. O estado como problema e solução. In: *Lua Nova*. nº 28-29. São Paulo, 1993.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERRER, Aldo. *A economia argentina: De suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) *Technical Change and Economic Theory*, London and New York, Pinter Publishers, 1988.

IMF. *Drawing Lessons from the mexican crisis: preventing and resolving financial crises – the role of the IMF*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/mds/1995/mds9508.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.



_____. *World Economic Outlook* – 1993. Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/>>. Acesso em: 15/11/2011.

KITSCHOLT, H., LANGE, P. MARKS, G. & STEPHENS, J. *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge University Press, 1999.

KOSSACOFF, Bernardo. *Indústria Argentina: respostas empresariais às mudanças em curso*. 2000. Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1811/2178>>. Acesso em: 10/04/2011.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas Exteriores Comparadas tras la Guerra Fría. In: Vicente Palermo. (Org.). *Política Brasileña Contemporánea. De Collor a Lula en años de transformación*. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2003, p. 475-512. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em: 15/06/2010.

SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? In: *Informação Internacional*. Lisboa: Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em:
<http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. *A Crise Argentina: cooperação e conflito nas reformas econômicas: o governo perante o FMI*. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004.

WADE, Robert e VENEROSO, Frank. *The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex*. Disponível em:
<<http://www.econ.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Wade-The%20Asian%20Crisis.pdf>>. Acesso em: 15/07/2011.

WILLIAMSON, John. *The progress of policy reform in Latin America*. Washington: Institute for International Economics, 1990.

WORLD BANK. *Argentina: Reforms for price stability and growth*. Disponível em:
<http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1989/07/08/000009265_3960928060440/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 14/01/2014.



_____. *Argentina's privatization program*. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265_3970716142348/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 11/01/2013.

_____. *The World Bank annual report 1989*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1989/01/700587/world-bank-annual-report-1989>>. Acesso em: 20/12/2013.

_____. *The World Bank annual report 1990*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1990/01/700363/world-bank-annual-report-1990>>. Acesso em: 20/12/2013.

_____. *The World Bank annual report 1992*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/01/440177/world-bank-annual-report-1992>>. Acesso em: 20/12/2013.

_____. *The World Bank annual report 1996*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1996/08/442241/world-bank-annual-report-1996>>. Acesso em: 20/12/2013.

_____. *The World Bank annual report 1999*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/01/437658/world-bank-annual-report-1999>>. Acesso em: 20/12/2013.